

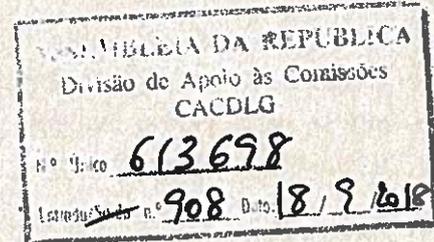
Na reunião de 26.09.2018, o requerimento foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

Exmo. Senhor

Presidente na Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias

Dr. Pedro Bacelar Vasconcelos

REQUERIMENTO



Assunto – Desaparecimento das 57 armas Glocks

No final de Janeiro de 2017 foi tornado público que haviam desaparecido do armeiro da sede nacional da PSP, em Lisboa, 57 armas Glocks, respetivas munições, carregadores e kits de limpeza.

Uma vez que esse desaparecimento assumiu foros de uma gravidade extrema e era, como é, suscetível de pôr em causa a segurança interna e a imagem externa do nosso país, o PSD requereu que a então Ministra da Administração Interna fosse ouvida nesta comissão para prestar esclarecimentos sobre tão inusitado e preocupante caso.

Também o Senhor Presidente da República, através de uma publicação no site oficial da Presidência, manifestou sobre ele a sua preocupação e inquietação, exigindo que fossem apuradas responsabilidades.

A requerida audição teve lugar em 7 de Março de 2017, tendo a mais alta responsável pela segurança interna em Portugal afirmado que as armas furtadas haviam sido introduzidas no sistema de deteção de armas desaparecidas da Interpol e do SIS (Sistema de Informações de Schengen), que os factos haviam sido participados ao Ministério Público para efeitos de investigação criminal e, mais que isso, que havia sido instaurado um inquérito interno pelo prazo de 30 dias, prorrogado por mais 15, que “visava apurar irregularidades que tenham motivado ou facilitado o desaparecimento das armas” (sic).

Acrescentou, porém, - que o inquérito não está concluído, **mas que já tinha conclusões preliminares que apontam para falhas de supervisão e controlo**

Estas declarações da Senhora Ministra já têm mais de 18 meses e até hoje nada mais se soube, porque o Governo não se dignou a prestar mais informações sobre o assunto, comportando-se neste caso como se tem comportado com o caso ‘Tancos’, encarando tanto o roubo de arsenal de guerra de um paiol como o de material de uso específico e exclusivo da Polícia dos seus próprios armazéns, com uma displicência, com uma irresponsabilidade e com uma incompetência a toda a prova.

O Governo não pode continuar a fingir que não é nada consigo e que o decurso do tempo resolve tudo, apagando da nossa memória aquilo que a sua inabilidade e o seu desinteresse em apurar os factos acentua.

Intervido a 18-9-2018.

Pelos dados que se conhecem, das 57 armas desaparecidas, só 7 delas foram recuperadas das mãos de traficantes de droga, alguns com ligações a outros países, como Espanha e Marrocos, o que pode indiciar a sua apropriação por parte de redes internacionais dedicadas ao crime organizado, o que acentua ainda mais as preocupações e as garantias de segurança que o Estado deve assegurar aos seus cidadãos.

Se é certo que o inquérito criminal ainda estará em curso no MP, sem que se saiba que diligências de investigação têm sido feitas, o MAI tem a obrigação moral e política de explicar o que se passa com o inquérito interno que foi desencadeado e que conclusões definitivas foram, afinal, extraídas.

Tanto assim é que acabou de ser tornado público que os dois únicos visados nos processos disciplinares que foram instaurados pela PSP, tinham 9 meses antes comunicado aos seus superiores hierárquicos que o armeiro não tinha condições de segurança, por ausência de videovigilância, de controlo de entradas e saídas, da fragilidade da porta de acesso ao armazém e da existência de um chaveiro á vista de todos com uma chave dessa porta devidamente identificada e etiquetada!!!

Mais que isso, esses agentes asseguraram que ainda antes dessa comunicação formal, já tinham avisado as chefias que faltavam 3 pistolas-metrelhadoras Beretta, modelo 12 e calibre 9mm.

Perante o espanto de tais declarações, o estranho silêncio do Governo quanto ao desfecho de um inquérito que tinha 45 dias para ser concluído (já lá vão mais de 540...) e a sua total inação no sentido de querer apurar responsabilidades em tempo razoável, o Grupo Parlamentar do PSD entende que se impõe requerer a presença nesta Comissão, com a máxima urgência, do atual responsável pela pasta da Administração Interna, para que venha fazer o ponto de situação sobre este sensível e alarmante caso.

Palácio de S. Bento, 18 de Setembro de 2018

Os deputados do PSD